TCE EM PAUTA

ANO XXI – Nº 112 NATAL/RN SETEMBRO A NOVEMBRO DE 2017

FALE, CRITIQUE E PARTICIPE. OUVIDORIA DO TCE: 0800-281-1935 @TCE_RN

TRIBUNAL DE CONTAS COMEMORA 60 ANOS DE HISTÓRIA

PÁGINA 06

PARCERIA

INICIADO CURSO DE RESIDÊNCIA EM TI

PÁG. 3

OLIMPÍADAS

ATLETAS CONQUISTAM SETE MEDALHAS

PÁG. 10

RETRATO DA CRISE

O Brasil gasta muito e mal e precisará fazer escolhas duras para ajustar suas contas, sob pena de mergulhar na espiral da inflação e do baixo crescimento. Esse é o retrato apresentado pelo Banco mundial no estudo "Um ajuste justo - propostas para aumentar eficiência e equidade do gasto público no Brasil", lançado recentemente.

ENXUGAMENTO

O Banco sugere um enxugamento de 1,29% do PIB nos gastos de Estados e municípios, elevando o potencial de economia a 8,36% do PIB. O relatório aponta que os programas governamentais beneficiam os ricos mais do que os pobres. E apesar do alto volume de gastos públicos, a política fiscal tem tido pouco sucesso na redução da desigualdade e da pobreza.

DEBATE

A pesquisa procura mapear medidas que permitam ajustar o gasto brasileiro à regra do teto para o crescimento das despesas. Para o economista-chefe do Banco Mundial, Antonio Nucifora, a proposta do relatório é estimular o debate.

INEFICIÊNCIA

O relatório foca ainda no Programa Simples, considerando ineficiente, e também no modelo de compras governamentais, que termina gerando prejuízo ao erário - temas que serão mais aprofundados e discutidos posteriormente.

PREVIDÊNCIA I

A medida sugerida com mais impacto é a reforma da Previdência. "A Previdência é o motor do desequilíbrio fiscal", resumiu o diretor do Banco Mundial para o Brasil, Martin Raiser. Mantida a situação atual, o estudo aponta que daqui a 13 anos os pagamentos com aposentadorias e pensões estarão ocupando todo o limite do teto de gastos do governo federal. Não vai sobrar dinheiro para salários, manutenção de escolas e hospitais e muito menos para investimentos.

PREVIDÊNCIA II

Em 2080, o rombo da Previdência corresponderá a 150% do PIB brasileiro. Além disso, o banco diz que o sistema previdenciário atual é injusto, pois 35% dos subsídios previdenciários beneficiam os 20% mais ricos, enquanto 18% beneficiam os 40% da camada mais pobre da população.

TCE EM PAUTA

SÍNTESE ORGANIZACIONAL DO TCE

CONSELHEIRO PRESIDENTE
Antônio Gilberto de Oliveira Jales
CONSELHEIRO VICE-PRESIDENTE
Tarcísio Costa
CONSELHEIRO PRESIDENTE DA 1ª CÂMARA
Maria Adélia de Arruda Sales Sousa
CONSELHEIRO PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA
Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior
CONSELHEIRO CORREGEDOR
Carlos Thompson Costa Fernandes
CONSELHEIRO OUVIDOR
Renato Costa Dias
CONSELHEIRO DIRETOR DA ESCOLA DE CONTAS PROFESSOR SEVERINO LOPES DE OLIVEIRA
Paulo Roberto Chaves Alves
AUDITORES
Marco Antônio de Morais Rêgo Montenegro
Ana Paula de Oliveira Gomes
Antonio Ed Souza Santana

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO-GERAL
Ricardo Henrique da Silva Câmara
SECRETÁRIA DE CONTROLE EXTERNO
Anne Emília Costa Carvalho
CONSULTORA JURÍDICA
Andréa da Silveira Lima Rodrigues
CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Diego Antônio Diniz Lima

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE
PROCURADOR-GERAL
Ricart César Coelho dos Santos
PROCURADORES
Luciano Silva Costa Ramos
Carlos Roberto Galvão Barros
Luciana Ribeiro Campos
Othon Moreno de Medeiros Alves
Thiago Martins Guterres

EXPEDIENTE

ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Viktor Marcio Bruno Vidal
EDITOR
Eugênio Parcelle da Silva
REPORTAGEM
Isaac Lira
PRODUÇÃO
Fátima Moraes
PROJETO GRÁFICO
Maurício Marcelo | Tikinet
DIAGRAMAÇÃO
Karina Vizeu Winkaler | Tikinet
FOTOGRAFIAS
Jorge Filho
IMPRESSÃO
Tavares&Tavares Empreendimentos Comerciais Ltda

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO NORTE
Av. Getúlio Vargas, 690 – Petrópolis – Natal/RN
CEP 59.012-360 | Telefone: (84) 3642-7278
Site: www.tce.rn.gov.br | E-mail: ascomtcern@gmail.com
Facebook.com/tcedorn | Twitter: TCE_RN

Residência em Tecnologia da Informação

O presidente do TCE, conselheiro Gilberto Jales, ressaltou o caráter inédito da iniciativa

"Este é mais um desafio enfrentado pelo Tribunal de Contas do Estado em conjunto com o Tribunal Regional Federal, fortemente abraçado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na busca do aprimoramento institucional e de mais resultados efetivos para a população". As palavras são do presidente do TCE/RN, conselheiro Gilberto Jales, na solenidade de lançamento da Turma de Residência em Tecnologia da Informação aplicada à área jurídica e ao órgão de controle, realizada na sede do instituto Metrópole Digital - IMD, na manhã desta segunda-feira (09).

Ao lado da reitora da UFRN, Ângela Paiva, e do diretor do IMD, professor Ivonildo Rêgo, o presidente do TCE ressaltou a importância daquele momento em que o conhecimento produzido pela Universidade é repassado para órgãos da sociedade, buscando assim dar respostas mais concretas para as demandas que se apresentam. "Minha confiança com este curso é trazer não só a possibilidade de aprimoramento de pessoal, mas resultados efetivos para a instituição", enfatizou.

Realizado pela UFRN, através do Instituto Metrópole Digital, o curso inspirado nas residências médicas inova ao agregar áreas como direito e tecnologia, promovendo uma aula teórica por semana e nos demais dias investindo na prática, no desenvolvimento de projetos nas organizações envolvidas, no caso o TCE e o TRF. "Esta simbiose deverá resultar num patrimônio ainda melhor, que é a qualidade da gestão pública", disse a Reitora, no seu discurso.

No inicio da solenidade, o diretor do IMD, Ivonildo Rêgo, fez uma apresentação do trabalho realizado pelo Instituto, utilizando o conhecimento para a fomentação de negócios, usando estratégias de inclusão, inovação, programas multidisciplinar e internacionalização, na busca de construção de um parque tecnológico no estado. "A tecnologia é a base da quarta revolução industrial", ressaltou, lembrando que o principal capital que trabalham é o humano. "Temos uma estrutura muito forte, com tecnologia avançada, possibilitando a formação de talentos", relatou.

Ainda participaram da solenidade o presidente do TRF, Manoel de Oliveira; o diretor de projetos do IMD, professor Jair Leite; o diretor do Fórum de Justiça, juiz federal Marco Bruno Clementino. Do TCE, foram registradas as presenças dos conselheiros Tarcisio Costa e Paulo Roberto Chaves Alves, além do secretário geral, Ricardo Henrique Câmara; da secretária de controle Externo, Anne Emilia Carvalho; e do diretor de informática, Alexandre Damasceno.

A residência (pós-graduação latu-sensu) contemplará dez funcionários do TCE e abrirá as portas para a prática na sede do órgão para mais dez alunos da UFRN, com direito a uma bolsa de R$ 2 mil. Terá duração de 18 meses.

Proposta do TAG foi acatada à unanimidade dos conselheiros

Primeira Câmara de Contas homologa TAG em Parnamirim

A Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) homologou um Termo de Ajustamento de Gestão entre o Ministério Público de Contas e a Prefeitura de Parnamirim, com objetivo de adequar os gastos com pessoal do Município. A homologação do TAG foi relatada pelo auditor Marco Montenegro, cuja proposta de voto foi acatada pelos conselheiros.

O Termo de Ajustamento de Gestão, assinado pela procuradora do Ministério Público de Contas, Luciana Ribeiro Campos, e o prefeito de Parnamirim, Rosano Taveira, lista uma série de medidas a serem adotadas pelo Executivo municipal para que os gastos com pessoal fiquem abaixo do limite de 48,6% até o final de 2018.

O Município de Parnamirim prevê, segundo os termos do TAG, alcançar, ao fim do último quadrimestre de 2017, 59% de comprometimento de sua receita corrente líquida com gastos relativos a pessoal, o que sinaliza a necessidade de medidas para restabelecer a sua saúde financeira. A diminuição acontecerá de forma progressiva, alcançando o patamar abaixo de 54% no segundo quadrimestre após a assinatura do TAG; abaixo de 53% no terceiro quadrimestre; 51,3% no quarto quadrimestre; e 48,6% no quinto quadrimestre.

Entre as medidas pactuadas no TAG, estão a redução de 10% dos cargos comissionados; exoneração de servidores não-estáveis admitidos após 1983; suspensão da concessão de aumentos, reajustes ou adequação de remuneração, excetuando-se o reajuste do salário mínimo e o piso nacional do magistério; auditoria na folha de pagamento; implantação de um plano de desligamento voluntário para servidores com mais de 25 anos de serviço; suspensão dos pagamentos por progressão vertical e horizontal; entre outras.

Além disso, o TAG visa consolidar as nomeações provenientes de concurso público relativo ao edital 001/2015. A Primeira Câmara do TCE suspendeu os efeitos do concurso em 2016 por conta da ausência de demonstração de que as admissões foram acompanhadas da estimativa do impacto orçamentário-financeiro. Segundo o TAG, as nomeações só poderão ser realizadas após a comprovação de que os gastos com pessoal foram reduzidos e o percentual se encontra abaixo do limite de alerta e em casos de substituição de servidores com vínculos precários.

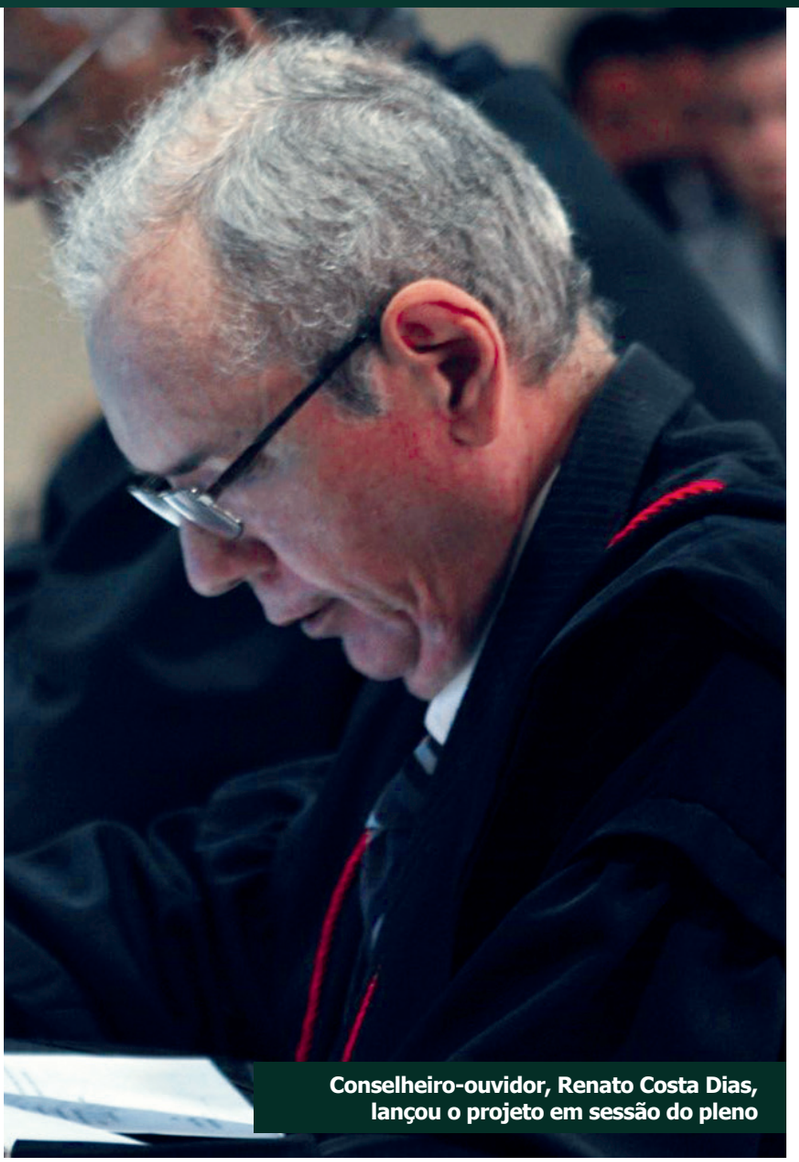
"A celebração do Termo de Ajustamento de Gestão foi precedida de negociações com vistas a restabelecer a saúde financeira do Município de Parnamirim em termos de gastos com pessoal, alinhando as nomeações dos aprovados em concurso público às demandas exaradas pela Lei de Responsabilidade", aponta a procuradora Luciana Ribeiro Campos.

Ouvidorias municipais

Estimular a criação de ouvidorias públicas nos municípios, como forma de operacionalizar a Lei 13.460/2017, que dispõe sobre participação e defesa dos usuários dos serviços públicos no Rio Grande do Norte. Este é o objetivo do projeto "Rotas para Ouvir", lançado pelo conselheiro-Ouvidor Renato Costa Dias na sessão plenária do Tribunal de Contas desta quinta-feira (16/11).

Inicialmente, foi feita a distribuição de uma cartilha educativa, orientando os gestores para a necessidade e importância da ouvidoria, fato que será enfatizado nos encontros regionais no próximo ano. "As ouvidorias são instrumentos de participação e exercício da democracia. Mais que isso, elas representam uma importante ferramenta de gestão, porquanto, ao mediarem o relacionamento entre a população e as administrações, se legitimam como instâncias valiosas para a gestão, subsidiando a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas", ressaltou o conselheiro-ouvidor, lembrando que está sendo feito um levantamento para se saber o número das ouvidorias implantadas nas câmaras e prefeituras municipais no estado, que será base do trabalho de interiorização efetivado pela equipe da Ouvidoria do TCE.

A Cartilha é parte do Projeto que tem o propósito de ampliar o número de ouvidorias, auxiliando a criação nos municípios onde elas não existem ou contribuindo para a normatização e instrumentalização das já existentes. "O êxito de um projeto dessa envergadura depende de esforços múltiplos. Acredito que a referida ação trará frutos para todo o Tribunal de Contas, fortalecendo-o em seu mister constitucional, na realização de um Controle Externo exitoso e, sobretudo, eficiente na salvaguarda do erário", enfatizou Renato Costa Dias.



Conselheiro-ouvidor, Renato Costa Dias, lançou o projeto em sessão do pleno

Proposta busca estimular a criação de ouvidorias em todos os municípios

> **"É preciso difundir as cartilhas nos nossos encontros regionais, estimulando a criação das ouvidorias junto aos nossos jurisdicionados."**

O presidente do TCE, conselheiro Gilberto Jales, elogiou a iniciativa, lembrando que a Lei de nº 13.470, que obriga a criação das ouvidorias é recente, buscando a efetivação da Lei de Acesso a Informação, com base no princípio da transparência administrativa. "É preciso difundir as cartilhas nos nossos encontros regionais, estimulando a criação das ouvidorias junto aos nossos jurisdicionados", defendeu.

TCE celebra 60 anos de atuação no RN

Projeto Sexta de Contas especial foi aberto pelo conselheiro-ouvidor Renato Costa Dias

O Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) deu início, na sexta-feira (10/11), às celebrações alusivas aos seus 60 anos. A programação constou de palestras, com mais uma edição do projeto Sexta de Contas, lançamento de selo personalizado pelos Correios e descerramento de placa comemorativa. “Hoje, estamos começando o desafio para os próximos sessenta anos”, enfatizou o presidente do Tribunal, conselheiro Gilberto Jales. O TCE foi criado no dia 20 de novembro de 1957, no governo de Dinarte Mariz e instalado no dia 12 de janeiro de 1961, no governo de Aluízio Alves.

Na ocasião, o presidente da Corte de Contas, conselheiro Gilberto Jales, abordou o tema “60 anos do TCE/RN, desafios para o futuro”. “Sabemos da riqueza da história do Tribunal potiguar, mas vamos falar sobre os próximos 60 anos, fazer uma reflexão sobre o que a sociedade espera do TCE”, ressaltou, acentuando os avanços recentes protagonizados na Corte de Contas, como é o caso do planejamento estratégico, ações de fortalecimento institucional. alinhamento das ações de controle externo, a perspectiva do controle concomitante, medidas cautelares, obras e serviços de engenharia, atos e despesas com pessoal, auditorias operacionais e outras.

O grande desafio, acentuou, é apresentar a sociedade a efetividade das decisões, ou seja, que as multas aplicadas sejam pagas e os ressarcimentos efetuados, entre outras situações. No caso do TCE/RN, citou vários processos em que a atuação do Tribunal fez uma diferença enorme. Só para dar um exemplo, lembrou da suspensão do contrato das obras na av. Engenheiro Roberto Freire, estimada em R$ 206 milhões e que, após a fiscalização executada pelo TCE, com a efetivação de um novo orçamento, mais realista, foi reduzido para R$ 58 milhões. “Somente este processo gerou uma economia que representa dois anos dos custos do Tribunal”, enfatizou.

O presidente do TCE do Maranhão, Ribamar Caldas Furtado, ministrou palestra

Na palestra relativa a VIII edição do projeto Sexta de Contas, o Tribunal optou pelo debate de um tema considerado importante para o controle dos gastos públicos: “O julgamento das contas do prefeito e a tese fixada pelo STF”, ministrada pelo professor universitário e presidente do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, José Ribamar Caldas Furtado. O conselheiro explicou a recente decisão do Supremo Tribunal Federal a respeito da apreciação das contas das prefeituras, tanto de governo quanto de gestão, exercidas pelas câmaras municipais, com o auxílio dos TC´s competentes, cujo parecer prévio pode deixar de prevalecer por decisão de 2/3 dos vereadores. A questão virou polêmica nos tribunais.

Caldas Furtado adentrou pela lei de Inelegibilidade, posteriormente alterada para a Lei de Ficha Limpa, explicou a diferença entre contas de governo (globais, com foco nos resultados das políticas públicas) e contas de gestão (mais relacionadas aos atos mais isolados de administração e gerência de recursos públicos), explicitando que a decisão do STF levou em consideração mais a dimensão política do processo, deixando de lado as dimensões sancionatórias e indenizatórias, que diz respeito a multas, inabilitação para o exercício de função pública, reparação de dano patrimonial e outras.

O presidente do TCE, Gilberto Jales, fez o descerramento da placa alusiva a data

A decisão do STF gerou dúvidas, tais como: no caso de um convênio entre o Governo Federal e a Câmara Municipal, quem vai fiscalizar? E no caso dos recursos do Fundeb? No Maranhão, estado em que atua, a polêmica foi minimizada com a aprovação da Resolução nº 257/16, determinando que nos processos de contas de gestão em que o prefeito atue como ordenador de despesas, o Tribunal de Contas pode emitir parecer prévio, de forma a instrumentalizar o julgamento da câmara municipal, e nos demais casos pode ser feito efetuado um acórdão.

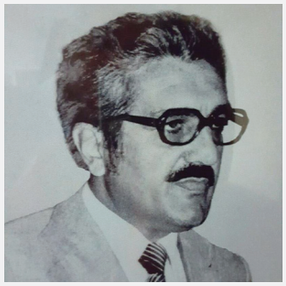
Logo após as palestras, foi feito o lançamento de um selo personalizado em homenagem aos 60 anos da Corte de Contas. Na ocasião, o superintendente dos Correios, Rodrigo do Patrocínio Medeiros, juntamente com o presidente do TCE, conselheiro Gilberto Jales, fez a obliteração de alguns selos, presenteando algumas autoridades presentes, como o governador do Estado, Robinson Faria, que ressaltou a evolução do TCE ao longo dos anos. “É um órgão que ajuda o Estado. Neste momento atual, vem cooperando na travessia desta crise”. Também foram contemplados com o selo os conselheiros Renato Dias, Paulo Roberto Chaves Alves, Adélia Sales e Francisco Potiguar, além dos auditores Antonio Ed e Ana Paula. A solenidade foi encerrada com o descerramento de uma placa comemorativa no hall de entrada do TCE.

Na ocasião, foi lançado um selo comemorativo, presenteado a diversas autoridades

O governador do Estado, Robinson Faria, ressaltou a importância do trabalho executado pelo TCE

Tribunal presta homenagem a onze personalidades

O Tribunal de Contas do Estado entregará na sexta-feira, 01 de dezembro, a Medalha do Mérito "Governador Dinarte Mariz", comenda designada pelo TCE para homenagear personalidades que, ao longo de sua existência e atuação profissional, prestaram relevante contribuição ao desenvolvimento da sociedade, mediante realizações no campo cultural, político, administrativo e técnico-científico. Veja o perfil dos agraciados este ano:



ARNALDO ARSÊNIO DE AZEVEDO – *IN MEMORIAM*

Natural de Parelhas, Arnaldo Arsênio de Azevedo nasceu em 1928 e faleceu em 1991, deixando um legado sobretudo como educador.

Seminarista em Caicó e João Pessoa, de 1939 a 1994. Católico praticante, atuou no Movimento de Cursilhos de Cristandade nas Dioceses de Caicó, Mossoró e na Arquidiocese de Natal. Formou-se em 1959 na Faculdade de Direito de Natal (UFRN). Foi professor de língua portuguesa de 1945 a 1991, tendo lecionado em diversas escolas de Natal e Caicó, entre as quais na Escola Técnica Federal e Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Exerceu os seguintes cargos: presidente da Diretoria Estadual da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC; presidente do Conselho Técnico Consultivo da ETFRN; presidente do Conselho Estadual da Educação do RN.

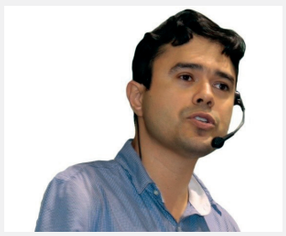
Foi casado com a sra. Amazilde Araújo de Azevedo, com quem teve dois filhos.

CARLOS JOSÉ CAVALCANTI DE LIMA

Engenheiro Civil com especialização em Engenharia de Irrigação – Drenagem Agrícola e Elaboração, Análise e Avaliação de Projetos de Irrigação, além de mestrado em Arquitetura e Urbanismo, todos pela UFRN, Carlos José Cavalcanti de Lima exerceu as seguintes atividades profissionais: chefe regional do Departamento Nacional de Obras de Saneamento – DNOS/RN (1986 a 1990; delegado regional da Secretaria do Patrimônio da União – SPU/RN (1986 a 1990) e auditor da Controladoria-Geral da União – CGU/RN, onde foi Coordenador do Núcleo de Ações de Prevenção da Corrupção, de 2005 a 2009.

Foi Membro fundador, tendo sido o primeiro Coordenador do Movimento Articulado de Combate à Corrupção – MARCCO/RN. Atual Coordenador Adjunto do Movimento.

É casado, tem três filhos e quatro netos.



WANDERLEY FRANCO SAMPAIO

Militante na conscientização dos direitos das pessoas com deficiência, sua história é exemplo vivo de superação.

Vítima de choque elétrico aos quatro (4) anos de idade, Wanderley Franco Sampaio perdeu os dois braços na Bahia, terra Natal. Logo após, mudou-se com a mãe para Fortaleza. Sua dedicação aos estudos, rendeu-lhe aprovação no concurso público para Auditor Fiscal do município de Natal. Tomou posse no referido cargo e atua na Secretaria Municipal de Tributação (SEMUT) há quase uma década.

Possui graduação em Administração de empresas e Administração Pública e Pós-graduação em Direito Tributário e Gestão Pública.

JOSÉ MÁDSON VIDAL DA COSTA

Bacharel em Medicina pela UFRN, com pós graduação em Anestesiologia pelo Centro de Ensino e Treinamento da Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto – SP, José Mádson Vidal da Costa atua como Médico Anestesiologista do Serviço de Cardiologia do Instituto do Coração – INCOR (desde 1997); atuou nos serviços de Cardiologia da UNICOR do Hospital São Lucas; Atendimento de Urgências do Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel (1992 a 1995); Atendimento de Urgências do Hospital Santa Catarina (1992 a 1995) e Anestesiologista da Maternidade Escola Januário Cicco Catarina (1993). É fundador e sócio diretor da Associação dos Amigos do Coração da Criança – AMICO (2008 até hoje). Presidiu a Cooperativa dos Médicos Anestesiologistas do RN. É membro do Conselho Regional de Medicina.

JOÃO BATISTA RODRIGUES REBOUÇAS

Desembargador do Tribunal de Justiça do RN, João Batista Rodrigues Rebouças é natural de Areia Branca. Formado em Direito pela UFRN, possui também especialização em Direito Público pela UERN/UFC e mestrado em Ciências Jurídico Política pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa – Portugal.

Aprovado em concurso público para o cargo de juiz de direito do Estado do RN em 1983, já exerceu os seguintes cargos: diretor da Escola de Magistratura do RN, presidente do TRE/RN e do Colégio Nacional de Corregedores gerais de Justiça do Brasil. É professor dos cursos de Direito da UERN e UnP e autor do livro "Comentários ao Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte", em co-autoria com Guilherme Vanin, lançado em 2012.

GEORGE MONTENEGRO SOARES

George Montenegro Soares é natural de Natal. Formado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, tem pós-graduação em gestão de Empresas e Pessoal pela Universidade Potiguar – UNP.

Descendente de duas famílias políticas “Montenegro” e “Soares” com mais de cem anos militando no Estado do Rio Grande do Norte em especial, no Vale do Assu, não poderia abdicar de sua vocação político-partidária.

Foi eleito Deputado Estadual nas eleições de 2010, para o quadriênio de 2011 a 2014, reeleito para o quadriênio (2015/2018). sendo o deputado estadual que recebeu o maior número de votos na história do Vale.

STENIO GOMES DA SILVEIRA

Médico, formado em 1975 pela UFRN Stenio Gomes da Silveira possui especialização em Bioquímica, pela Universidade Federal de Pernambuco e especialização em Administração Universitária, curso promovido pela Conselhos de Reitores da Universidade Brasileiros (CRUB) e pela Organização Universitária Interamericana (OUI). Foi professor dos Departamentos de Bioquímica e de Medicina Clínica da CCS/UFRN.

Coordenou o curso de Medicina do CCS/UFRN, de 1984-1987. Pró-Reitor para Assuntos Acadêmicos da UFRN, de 1987-1991. Diretor Acadêmico da FARN, de 1999-2002. Coordenador do Complexo Hospitalar da UFRN, de 2003-2007 e superintendente do Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL) a partir de janeiro de 2015

FERNANDO VIANA NOBRE – *IN MEMORIAM*

Nascido em 1941 em Quixadá/Ceará, Fernando Viana Nobre é filho de produtores rurais. Concluiu os antigos cursos “primário” e “ginasial” em Quixadá; e o “científico” e faculdade (Agronomia) em Fortaleza (Centro de Ciências Agrárias da UFCE), em 1967. Em 1981, concluiu Mestrado em Produção Animal, em Areia/PB, no Centro de Ciências Agrárias da UFPB.

Foi Extensionista Rural na ANCAR/EMATER-RN, entre 1968/1989; e Professor do Centro de Zootecnia da UFRN, em Natal, entre 1978 e 1997. Foi consultor e instrutor do SEBRAE-RN.

RENATO RAINHA

Bacharel em Direito formado pela AEUDF em 1986, Renato Rainha foi delegado de Polícia de 1987 a 2001, tendo trabalhado nas Delegacias de Ceilândia, Taguatinga, Asa Sul e Guará; Professor de Direito Administrativo; Presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do DF por dois mandatos: 1989/92 e 1992/1995;

Tem Pós-graduação em Ciências Políticas e em Direito Processual; é mestre em Direito pelo Centro Universitário de Brasília – UNICEUB/2016; Foi deputado distrital, eleito para o mandato - 1995/1998 e reeleito para o mandato – 1998/2002; É conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal, que presidiu no biênio 2015-2016.

ROBSON MAIA LINS

Natural de Jardim de Piranhas, Robson Maia Lins é graduado em Direito pela UFRN; mestre e doutor em Direito Tributário pela PUC-SP. É professor de graduação, especialização, mestrado e doutorado em Direito Tributário da PUC-SP e professor do Instituto Brasileiro de Direito Tributário. Autor do livro “Controle de Constitucionalidade da Norma Tributária – Decadência e Prescrição”, Quartir Latin, 2005

Autor de mais de 100 artigos e capítulos de livros publicados especializados em matéria constitucional e tributária, é parecerista da Revista de Finanças Públicas, tributação e desenvolvimento desde 2012 e membro consultor da comissão especial da reforma política – OAB/SP e do Conselho Superior de Direito, órgão de estudos e trabalhos integrante da estrutura de atividades da Fecomércio SP.

GUSTAVO DIAS DA SILVA NETO

Formado em Engenharia Elétrica, Ciências Econômicas e Ciências Contábeis, todos pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Gustavo Dias da Silva Neto possui ainda os seguintes cursos, em nível de pós-graduação: MBA em Telecomunicações (UFCG), em Administração Financeira (UFRN), em Ciências Contábeis (UFRN) e em Finanças Empresariais (FGV)

Ao longo da trajetória profissional ocupou os seguintes cargos: secretário adjunto da Secretaria de Indústria e Comércio do RN; presidente da Cosern; diretor técnico da Telern; diretor superintendente da Telemar/RN; secretário geral do TCE/RN (duas vezes); coordenador ténico da Corregedoria do TCE e coordenador da Escola de Contas do TCE/RN.

E as medalhas vieram...

Mesmo em terceiro lugar, equipe de basquete surpreendeu

Foi esforço. Foi suor. Mas também foi emoção. Muita alegria.

Foi assim a participação dos atletas do TCE potiguar na VII Olimpíada Nacional dos Tribunais de Contas, evento realizado no período de 28/10 à 02/11 em Brasília, congregando servidores das contas de todo o País e que contou com 25 participantes do Rio Grande do Norte (o número de inscritos era maior, mas alguns ficaram impossibilitados, contundidos durante os treinamentos).

Mesmo assim, pela primeira vez em sua história foi um grupo tão grande para um evento esportivo, isso graças ao apoio da Presidência e do Sindicontas, que colaboraram com as inscrições. E os resultados vieram. Além da confraternização, foram conquistadas sete medalhas. “Todas as equipes se destacaram de uma forma geral, se esforçaram, deram o melhor”, ressaltou Glace Silva Augusta Pimentel, que é responsável pelo setor de esportes do Programa de Melhoria de Qualidade de Vida no Trabalho.

Como a própria nomenclatura lembra, a proposta associa a atividade esportiva a saúde, não somente estimular o movimento, mas também a uma reeducação alimentar, ao equilíbrio. Assim, espera-se que esta participação, inédita, seja apenas o início de uma história.

Alguns fatos chamaram atenção no campeonato. Chamou a atenção, por exemplo, a equipe do Futsal Sênior tinha apenas 5 jogadores e no último jogo, disputou com apenas 4 atletas (não tinham reservas) e foram ovacionados pela garra e esforço dos atletas que jogaram contra um time completo e com 10 jogadores no banco. Como não lembrar da performance do auditor Marco Montenegro, no basquete? Enfim, são muitos os momentos a serem lembrados.

Medalhas

Natação
2 medalhas em 3º lugar
(revezamento misto e sênior 25 m masculino)

Corrida
2 medalhas em 3º lugar
(sênior feminino e masculino)

Basquete
1 medalha em 3º lugar

Tênis de mesa
1 medalha em 3º lugar

Pebolim
1 medalha em 3º lugar

Total
7 medalhas

Uma festa para o servidor público

O dia do funcionário público, celebrado em 28 de outubro, foi antecipado e comemorado na sexta-feira (27) no TCE com uma programação intensa que constou de um café da manhã, palestra educativa com foco no planejamento financeiro, feira de produtos orgânicos e atendimentos na área de saúde. Impossibilitado de estar presente por conta de compromissos assumidos anteriormente, o presidente do TCE, conselheiro Gilberto Jales, deixou gravado um vídeo em que parabenizou a todos os servidores, agradecendo pelo desempenho no cumprimento da missão constitucional designada a organização.

Logo ao chegar ao TCE, o servidor foi recepcionado com uma artista tocando músicas clássicas e populares ao som do violino, ao mesmo tempo em que todos foram presenteados com uma bolsa ecobag, já utilizada na aquisição de produtos orgânicos na feirinha de orgânicos que se tornou tradicional na sexta-feira, sendo uma das ações estratégicas do Setor de Sustentabilidade. Ao mesmo tempo foi aberto o café, momento de confraternização entre todos os servidores, e realizados atendimentos de limpeza bucal (Uniodonto) e medição de pressão e controle da glicemia (Unimed).

A partir das 9 horas foram realizadas as palestras "Alcançando o equilíbrio orçamentário via planejamento financeiro", e "Consumo consciente", a cargo dos economistas Ricardo Valério (presidente do Conselho Regional de Economia – Corecon) e Nelder Cavalvante. De forma sucinta, eles mostraram os ciclos econômicos perpassados no Brasil, associados a crise, da época de D. Pedro I até a atualidade, passando então a dar dicas sobre o que denominaram de "economia comportamental", focando a necessidade do planejamento e da educação fundamental, definindo a diferença entre "necessidades" e "desejos".

A celebração do dia do funcionário público foi uma realização da presidência do TCE em parceria com o Sindicontas.

Entre as atividades realizadas foi ministrada palestra sobre planejamento financeiro

Memórias do TCE

O papel dos Tribunais de Contas frente a globalização, modernização e tecnologia, reciclagem e a exigência da sociedade para o cumprimento da função constitucional das cortes de contas, foram temas apresentados no XIV Congresso Nacional de Tribunales de Cuentas de la República Argentina, realizado na província de Entre Rios. O encontro contou com a participação dos conselheiros Antônio Câmara e Getúlio Nóbrega, de acordo com registro da edição de setembro/outubro de 1997 do TCE em Pauta.

- Na mesma edição, o jornal destacou a retomada das fiscalizações in loco que estavam suspensas em decorrência da realização de mutirões visando reduzir o volume de processos acumulados no TCE.

- Em outubro de 2000 o jornal divulgou o trabalho que estava sendo executado para disseminar e fazer cumprir a Lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, mais conhecida como LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal. A diretora da 1ª Câmara de Contas, Lúcia Almira de Medeiros Chacon, explicou as mudanças que iriam ocorrer a partir da vigência da nova Legislação.

Campanha para vítimas do Leningrado

Buscando ajudar as vítimas do incêndio na comunidade do Leningrado, o Tribunal de Contas realizou uma campanha junto aos seus funcionário e fez a doação dos produtos arrecadados para a Cruz Vermelha. A ação foi organizada pelo projeto Ser TCE, cuja coordenadora, Marília Cunha Lima, atendendo apelo do presidente Gilberto Jales, encampou uma mobilização. "Trata-se de uma comunidade carente, e o pouco que tinham o incêndio levou", justificou.

"O povo natalense foi muito solidário. As doações que foram feitas e ainda estão chegando supriram todas as nossas expectativas", avaliou o presidente da filial estadual da Cruz Vermelha do Brasil, Kelyson Montenegro, sobre o resultado da campanha de arrecadação de donativos para as famílias de desabrigados em decorrência do incêndio.

Os servidores do TCE atenderam o apelo. Em meio a dezenas de cestas básicas, pacotes de alimentos não perecíveis e sacolas com roupas, chamou atenção a doação de um berço completo, novinho, com colchão e tudo. Um gesto simbólico de alguém que, certamente, pensou na necessidade de alguma mãe para com seu filho pequeno, como possibilidade de um recomeço. "Nossa intenção foi suprir as necessidades básicas, mais imediata, mas foi além do esperado", enfatizou Kelyson.

Apesar de atuar de forma preventiva, a Cruz Vermelha regional resolveu promover uma campanha de 48 horas em decorrência do desespero das famílias do Leningrado – comunidade em que atuam com um projeto social atendendo em torno de trintas crianças. Várias organizações, como o TCE, e a própria população, sensibilizada com o drama, começou a doação. "Hoje o material arrecadado já é suficiente para o atendimento dos desabrigados no período de um mês", relatou Kelyson, lembrando que estão assinando um Termo de Compromisso com organizações do entorno para uma ajuda mútua, encaminhando um pouco do que foi arrecadado para distribuição junto a famílias carentes.

Para a coordenadora do projeto Ser TCE, Marilia Cunha, o momento era de agradecer a todos que se engajaram na campanha de doação para a comunidade de Leningrado, realizada em pouco tempo, mas com um resultado que foi surpreendente. "A base de toda sustentabilidade é o desenvolvimento humano que deve contemplar um melhor relacionamento do homem com os seus semelhantes e a natureza", relatou, citando Nagib Andéraos Neto.

O incêndio na comunidade de Leningrado começou por volta de 11h15 de quarta-feira, dia 4, após uma explosão. O fogo foi se espalhou e atingiu mais de cem casas, deixando centenas de pessoas desabrigadas. A suspeita inicial é que tenha sido provocado pela explosão de um botijão de gás. Do total de desabrigados, 26 famílias estão morando provisoriamente na estrutura do CAIC.

Alimentos não perecíveis, cestas básicas e até um berço foram doados

Como forma de agradecimento, o representante da Cruz Vermelha entregou um botton com a marca da instituição a Marília